

Portal da CUT

Sindsaúde/GO debate efeitos da terceirização

Seminário integra parte das celebrações dos 25 anos do Sindicato

Escrito por: Sindsaúde/GO • Publicado em: 22/10/2014

Trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde de Goiás puderam debater na última quinta-feira, dia 16, as condições de trabalho diante das terceirizações. O seminário 'Os efeitos das terceirizações no SUS e na vida dos seus trabalhadores' ocorreu no Auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa e foi promovido pelo Sindsaúde/GO.

O evento, que faz parte das celebrações dos 25 anos do Sindicato, contou com a presença de promotores, procurador e deputado. Um SUS 100% público com qualidade de vida para os profissionais tem sido uma das principais preocupações dessa gestão. Por isso, o Sindicato chamou trabalhadores e autoridades para discutir as situações vivenciadas nas unidades de Saúde.

A presidenta do Sindsaúde/GO, Flaviana Alves, elogiou a boa participação. "O seminário superou as expectativas com ampla participação de trabalhadores e usuários do SUS. Isso mostra que temos força para avançar na luta contra essa precária situação imposta pela terceirização do Sistema de Saúde. O Sindsaúde busca fortalecer o elo entre trabalhadores e a população na luta comum por um SUS 100% público e de qualidade. Celebrar os 25 anos do Sindsaúde através do diálogo e da reflexão política foi a forma que encontramos de fertilizar o campo de luta em defesa do SUS e dos direitos trabalhistas". A secretária de Formação Política do Sindicato, Viviane Alves, foi quem mediou o debate e, segundo ela, a escolha do Auditório da Assembleia não foi por acaso. "Esse é o espaço onde o trabalhador da Saúde deve utilizar para a garantia dos seus direitos", afirmou.

Consequências da terceirização

O deputado estadual Mauro Rubem fez parte da mesa de discussão e, segundo ele, "as implicações das terceirizações na Saúde são gravíssimas". Mauro afirma que os primeiros impactos das terceirizações se refletem na qualidade do atendimento aos usuários. Ainda segundo ele "há uma maquiagem e uma restrição muito forte para que as pessoas não sejam atendidas, pois hospitais públicos terceirizados são hospitais fechados. Por isso não existe garantia de saúde para a população se ela não for feita pelo poder público".

Já o promotor de Justiça do Distrito Federal, Jairo Bisol, que também integrou a mesa, debateu sobre o enfrentamento às terceirizações. "A terceirização é um modo de desconstrução do SUS. Ela infelizmente impõe uma lógica regulatória que é a do lucro. Eu acho que ela desestrutura os serviços que já estão organizados e não avança em qualidade e na quantidade de oferta de serviços públicos", afirma o promotor. Compartilhando da mesma opinião, o coordenador da Frente Nacional contra a Privatização, Francisco Júnior, afirmou que não vê "possibilidade de viabilizar um SUS minimamente de acordo com a proposta original se não conseguirmos equacionar o tema da terceirização".

Na mesa, o procurador do Trabalho, Alpiniano Lopes, também destacou os reflexos da privatização em Goiás. "O Estado tem precarizado essa situação [o SUS], tem deixado o caos surgir para depois terceirizar. A terceirização não traz benefício para a sociedade. As Organizações Sociais simplesmente assumem um contrato de gestão milionário e não prestam serviços de qualidade". Para combater as péssimas condições de trabalho, Lopes esclareceu que o projeto Saúde na Saúde do Mistério Público do Trabalho visa combater o assédio moral e o adoecimento do trabalhador. Segundo ele, essa ação está acontecendo em vários estados.

Ações

O promotor de Justiça - que atua na Promotoria de Saúde do Trabalhador, Vilanir Camapum, reforçou a importância de um SUS totalmente público direcionado ao atendimento social. Segundo ele, esse modelo de SUS não combina com um sistema que visa o lucro. De acordo com Vilanir, o Ministério Público Estadual já entrou com uma ação contra as terceirizações e ela continua em andamento. O promotor ainda afirmou que vai continuar atuando junto ao Sindsaúde para cobrar melhores condições de trabalho.

A pedagogia do seminário foi baseada nos moldes da educação popular com apresentação de um teatro pelo Grupo Teatro dos Oprimidos sobre as condições de trabalho e as dificuldades enfrentadas nas unidades de Saúde. Os participantes puderam interagir com o grupo na apresentação do teatro. Ainda durante o seminário foram lidas as cartas enviadas por servidores relatando a precarização nas unidades e a pressão sobre o trabalhador. Representante de várias entidades também estiveram presentes no evento.

Fundado em 12 de setembro de 1989, o Sindsaúde está celebrando em 2014 seus 25 anos. Para comemorar essa duas décadas e meia de enfrentamentos e conquistas, a entidade está

promovendo uma série de entrevistas e eventos que relembrem a trajetória do Sindicato e promovam a reflexão política sobre as condições de trabalho no contexto atual. O Sindsaúde vai continuar com o ciclo de debates junto aos pares, parceiros que compartilham dos mesmos ideais, para efetivação do Sistema Único de Saúde para todos conforme política de Estado proposta constitucionalmente.

Portal da CUT

Brasil Foods é condenada a pagar R\$ 4,3 milhões

Empresa descumpriu acordo sobre adequação da jornada de trabalho na fábrica em Carambeí (PR)

Escrito por: Brasil de Fato • Publicado em: 22/10/2014

A BRF (Brasil Foods), detentora da Sadia e da Perdigão, foi condenada nesta terça-feira (21) pela Justiça do Paraná a pagar uma indenização de R\$ 4,3 milhões por ter descumprido o Tratado de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2001, com o Ministério Público do Trabalho do Estado (MPT-PR) em que elencava uma série de readaptações dos direitos trabalhistas de seus funcionários.

De acordo com o MPT, entre as fiscalizações que ocorreram em abril de 2009 e 2010, foi constatado o descumprimento das leis trabalhistas, pois prorrogou a jornada nominal dos funcionários para além do limite legal de duas horas extras, deixou de conceder descanso remunerado de 24 horas consecutivas e não respeitou o período mínimo de 11 horas de intervalo entre uma jornada e outra na fábrica de Carambeí.

A empresa vai recorrer contra a decisão no Tribunal Superior do Trabalho. O Ministério Público, porém, afirma que vai aguardar a decisão definitiva, mas que apesar da multa aplicada, cabe a Brasil Foods respeitar as obrigações presentes no TAC por prazo indeterminado.

Histórico de desrespeito

Este ano, a BRF já foi condenada diversas vezes por descumprimento das leis trabalhistas. Em março, a Justiça condenou a empresa a pagar R\$ 30 milhões em horas extras para oito mil funcionários. Em julho, foi condenada a pagar R\$ 1 milhão por trabalho análogo ao escravo em uma fazenda de reflorestamento contratada pela empresa.

Portal da CTB

Setor de serviços tem crescimento de 4,5% em agosto

A receita nominal do setor de serviços teve, em agosto deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado, o menor crescimento da série histórica, iniciada em janeiro de 2012, ficando em 4,5%. Em julho, a taxa foi 4,6%.

Setor de serviços tem crescimento de 4,5% em agosto Setor de serviços tem crescimento de 4,5% em agosto

Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada nesta quarta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os crescimentos acumulados de 6,7% no ano e 7,4% no período de 12 meses, também são os menores da série.

Em agosto, os principais responsáveis pela redução do ritmo de crescimento foram os serviços de informação e comunicação, que cresceram 1,7%, e os serviços de transportes e correio, que tiveram uma alta de 3,2%. Ambos os segmentos apresentaram variações menores do que nos dois meses anteriores.

Por outro lado, os setores de serviços prestados às famílias - com crescimento de 9% -; serviços profissionais, administrativos e complementares - com alta de 7,9% -; e outros serviços - 10,6% - tiveram um desempenho melhor do que em julho.

Das 27 unidades da Federação, 23 tiveram aumento na receita nominal dos serviços, com destaque para Distrito Federal (13,2%), Acre (11,2%) e Tocantins e Rondônia (ambas com 8,2%). Os quatro estados com queda foram Amapá (-3,9%), Piauí (-2,0%), Mato Grosso do Sul (-1,2%) e Espírito Santo (-0,6%).

Fonte: Agência Brasil

Portal Mundo Sindical

Sede do Sindicato dos Aposentados abriga o Centro de Memória Sindical

A história e seus fatos na linha do tempo são, em sua maioria, narrados a partir da visão dos dominadores e dos detentores do poder. Mas há também que se considerar a existência da história das pessoas simples, que se forma no dia a dia, como a luta dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Para Carlos Ortiz, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, "é uma honra para nós abrigarmos o CMS, pois muitos de nossos sócios, formado pelos aposentados, fizeram e ainda fazem parte desta história".

Pensando em preservar a história do movimento sindical, que no dia 14 de junho de 1980, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (Rua do Carmo, 171, Centro) foi fundado o Centro de Memória Sindical. O prédio atualmente pertence ao Sindicato Nacional dos Aposentados, onde o CMS está instalado, no terceiro andar.

As funções do Centro de Memória são amplas, pois preserva as publicações das entidades sindicais, mas também é espaço de estudos, debates, produção e difusão cultural aberto à sociedade. Para Carolina Maria Ruy, coordenadora de projeto do CMS, "a intenção do Centro de Memória Sindical é mostrar para a sociedade que a história do Brasil passa pelas ações da classe dos trabalhadores".

Os principais objetivos do Centro de Memória Sindical são: Recolher, registrar, conservar e divulgar todo material referente à história do movimento sindical e dos trabalhadores; promover atividades culturais relacionadas ao sindicalismo e ao mundo do trabalho; coletar e preservar depoimentos sobre a vida de personalidades relevantes ao movimento sindical.

Acervo

O acervo do CMS preserva importantes documentos de organizações dos trabalhadores como cartazes, folders, jornais, revistas, registros de encontros e de reuniões, fotos e uma ampla coleção com mais de 100 depoimentos de pessoas que fizeram história no movimento sindical.

"Nossa causa é reiterar que a história é feita, antes de tudo, pelos trabalhadores e a base de nossas ações é a compreensão histórica, sociológica e simbólica do mundo do trabalho", destacou Carolina.

Estudantes de universidades, de segunda a sexta, das 9 às 16h30, podem consultar os arquivos para projetos de pesquisa.

Fabiana Junqueira, que faz mestrado na área de História do Trabalho, recorreu ao Centro de Memória para encontrar arquivos antigos da luta operária no Brasil. "Muito bom o arquivo, assim como o fato de preservar e democratizar a informação", destacou Junqueira.

Organização

As ações do Centro de Memória Sindical não se limitam aos trabalhos na sede, em São Paulo.

A equipe do CMS também presta serviços em entidades sindicais nas diversas cidades do país. Caso do trabalho que vem sendo realizado com o Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba, onde produziu um livro remontando a história e vem organizando os arquivos da entidade.

SERVIÇO

Centro de Memória Sindical

Localização: Rua do Carmo, 171, Centro, São Paulo/SP

Telefone: (11) 3227-4410

Horário de atendimento: de segunda a sexta, das 9 às 16h30.

Site: www.memoriasindical.com.br

E-mail: contato@memoriasindical.com.br

Fonte: Assessoria de imprensa do Sindnapi - 22/10/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicatos fazem atos para denunciar ameaças concretas ao Banco do Brasil, à Caixa e ao BNDES

Mário Covas, quando governador de São Paulo pelo PSDB, comprometeu-se, por escrito, a manter o Banespa sob controle público. Enviou carta a todos os trabalhadores do então mais importante banco público do Estado de São Paulo garantindo isso. José Serra, na mesma função, fez igual promessa em relação à Nossa Caixa Nosso Banco, a segunda mais importante instituição financeira pública paulista.

Trecho da carta de Mário Covas, datada de novembro de 1994, diz: "Meu compromisso é resgatar a grandeza e a tradição do Banespa (...) No meu governo, o Banespa terá uma diretoria profissionalizada e séria" (grifo nosso).

Serra reuniu-se com uma comissão de dirigentes sindicais bancários, pouco antes de colocar a Nossa Caixa à venda, dizendo que não a venderia.

Mas os dois bancos foram vendidos pelos ex-governadores do PSDB. O Banespa foi parar nas mãos do espanhol Santander em 2000 e a Nossa Caixa só não teve destino semelhante porque o governo Lula, em 2008, logo após o estouro da crise econômica internacional, decidiu comprá-lo por intermédio do Banco do Brasil.

Você acredita?

Esses e outros episódios recentes da história brasileira foram rememorados na tarde desta segunda, 20, em manifestações de rua organizadas por bancários, em diferentes cidades brasileiras, para denunciar o risco concreto representado pela mais recente proposta tucana de "profissionalizar" os bancos públicos, como vem dizendo o candidato do PSDB à Presidência.

Armínio Fraga chegou a dizer, quando defendeu a revisão do modo como atuam os bancos públicos, que não sabe bem "o que vai sobrar no final da linha, talvez não muito". Fraga foi indicado por Aécio para ser seu ministro da Fazenda, caso vença a eleição.

Na capital de São Paulo, os bancários iniciaram sua mobilização diante da agência do Banco do Brasil na rua São Bento, centro velho da cidade. Entre um breve discurso e outro, os manifestantes caminharam em direção a antigo prédio do Banespa, diante da Bolsa de Valores, e encerraram o ato nas proximidades do Pátio do Colégio. Tudo entre meio-dia e 14h, período de intenso fluxo de pessoas pelos calçadões.

Juvândia Moreira Leite, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, lembrou que toda a vez que os tucanos falam em "profissionalizar", "rever" ou "agilizar", esvaziam a empresa ou o órgão público, tornam-no menos eficaz e, em seguida, vendem.

Ferramenta de desenvolvimento

"O candidato deles começou afirmando que ia rever o papel dos bancos públicos. Percebeu que pegou mal, porque eles sabem agora que o povo reconhece o papel das empresas e dos bancos públicos, e passou a falar em profissionalização. Quando o Covas falou isso, deu no que deu", disse.

Presidente nacional da CUT, o também bancário Vagner Freitas advertiu que quando um banco ou uma empresa pública é vendido para a iniciativa privada, quem passa a mandar nele não foi eleito pelo povo.

Em 2008, recordou Vagner, quando a crise econômica internacional teve início, os bancos privados retiraram dinheiro da praça e passaram a dificultar ainda mais o acesso das pessoas ao crédito. "Se tivesse dependido só deles, o dinheiro teria sumido e aí sim, o Brasil ia entrar em crise, porque a produção ia parar". Por outro lado, completou o presidente da CUT, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica ampliaram a oferta de crédito, especialmente para produtos populares, como material de construção, e ainda entraram firme no financiamento de grandes projetos como o Minha Casa, Minha Vida.

Os dirigentes também lembraram que a venda do Banespa resultou em desemprego. Meses depois da privatização, 9 mil vagas diretas já haviam sido eliminadas, sem falar no desemprego gerado posteriormente em função do corte de investimentos.

"O Banespa atuava aqui em São Paulo e financiava projetos de infraestrutura. Sem ele, perdeu-se um instrumento público de desenvolvimento", destacou a dirigente sindical Rita Berlofa, que trabalhou no banco vendido ao Santander.

Por falar em infraestrutura, a maioria que se revezou ao microfone lembrou o problema da falta d'água que atinge a capital e que, nos próximos dias, deve inviabilizar de vez, e por tempo indeterminado, a higiene pessoal dos paulistanos. "A última obra de porte realizada na Cantareira, de onde vem parte da água consumida por nós, foi feita na década de 1980. Os tucanos estão aí há 20 anos e nada investiram", lembrou Vagner Freitas.

Fonte: Isaías Dalle - CUT Nacional - 22/10/2014

Portal Mundo Sindical

Pulverização do movimento sindical diminui poder de representação dos Trabalhadores

A criação de sindicatos, federações e confederações, nos últimos meses têm sido facilitadas pelo governo, via o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com total "anuência e complacência" do Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO, que semanalmente publica no DOU – Diário Oficial da União – resoluções com estas finalidades.

De acordo com o diretor Secretário Geral Nacional da Nova Central, Moacyr Roberto Tesch Auersvald, estas decisões "unilaterais" causa o que se denomina "crise de representatividade pelas instituições sindicais".

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), há 12 centrais sindicais com registro efetivo, reunindo 7.643 sindicatos filiados. No fim de 2013, mais de 18 mil sindicatos tinham seu registro ativo junto ao MTE. Ou seja, muito não tem relação com alguma central. Apesar dessa pulverização, o controle fica nas mãos de poucos.

Moacyr pondera que a Nova Central, por princípio defende a "Unicidade Sindical". Lei governo Getúlio Vargas instituiu um único sindicato por categoria profissional na circunscrição mínima de um município. Mas que a Constituição Federal (CF) de 1988 consagrou e assegurou a liberdade na criação de sindicatos.

"Apesar de algumas alterações na legislação sindical na CF/88, ela permanece em voga. A manutenção da unicidade sindical na Carta Magna ocorreu com o apoio de amplas parcelas do movimento sindical, sob o argumento de que a mesma evitaria a fragmentação das associações dos trabalhadores", alerta.

Garante que apesar disso, e mesmo já sendo elevado o número de sindicatos ao final da década de 1980, este cresceu significativamente ao longo dos anos 1990. E aponta dois grandes

problemas que "atingem o movimento sindical". A relação íntima das centrais com partidos políticos, e a criação de sindicatos "fachadas" com interesses obscuros.

Lamenta que o mais grave seja a falta de "sensibilidade" do Messias, que no dia (24/9) se reuniu com o presidente Nacional da Nova Central, José Calixto Ramos, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Omar José Gomes e o diretor Nacional para Assuntos Trabalhistas, Luiz Antônio Festino e com todas as letras afirmou que até o final do ano "serão reconhecidas outras 20 instituições".

"Fizemos um levantamento de que após publicação da Portaria 186/2008 já foram reconhecidas pelo Ministério 5 confederações e 45 federações, sendo que destas, 70% são oriundas dos tentáculos do governo. Índice que prova a utilização do MTE em benefício dos amigos do rei. Somos contra esta prática fraticida e faremos de tudo para combatê-la", afirmou Moacyr.

Fonte: NCST - 22/10/2014

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos da Embraer fazem novo protesto após greve

Os trabalhadores da Embraer voltaram a protestar, nesta quarta-feira, dia 22, com um atraso de três horas na produção da matriz da fábrica, em São José dos Campos. O protesto aconteceu ao fim da greve de 24 horas iniciada ontem. A mobilização foi realizada hoje na entrada do primeiro turno da produção e do turno administrativo, que reúne cerca de 7 mil trabalhadores. Os metalúrgicos da produção, que iniciam o expediente às 6h, entraram às 9h. Já os funcionários administrativos entrariam às 7h, mas também entraram às 9h.

O próximo passo do Sindicato será procurar a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para marcar nova negociação. Na última reunião, ocorrida há duas semanas, o grupo patronal do setor aeronáutico, liderado pela Embraer, ofereceu apenas 6,6% de reajuste salarial (inflação mais 0,24% de aumento real). Os metalúrgicos reivindicam, no mínimo, 10% (3,43% de aumento real).

"Com a mobilização, os trabalhadores demonstraram indignação diante da postura intransigente da Embraer e mostraram que vão à luta por reajuste salarial maior do que o oferecido pela empresa. Os 10% estão perfeitamente dentro da realidade financeira da Embraer", afirma o vice-presidente do Sindicato, Herbert Claros.

Nesta Campanha Salarial, os metalúrgicos de São José dos Campos e região já fecharam 30 acordos, com aumento real médio de 3,05%, para um total de 5.489 trabalhadores.

PLR

A greve também foi em protesto contra o valor rebaixado da primeira parcela da PLR 2014 (Participação nos Lucros e Resultados) paga nesta quarta-feira pela Embraer. Apesar de ser a maior empregadora metalúrgica da região e passar por um momento de vendas em alta, a empresa vai pagar a cada trabalhador um fixo de R\$ 912,31 mais 12,44% sobre o salário. Os trabalhadores reivindicam que a Embraer passe a negociar a PLR diretamente com o Sindicato.

"Há anos a Embraer impõe ataques como PLR e reajuste salarial rebaixados e forte assédio moral. Nossa luta vai continuar até que a empresa apresente uma nova proposta", afirma Herbert.

Fonte: Shirley Rodrigues/Assessoria Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região - 22/10/2014

Portal Mundo Sindical

Sindigráficos recusa contraproposta de patronal durante negociação da Campanha Salarial

Nessa segunda-feira, 20/10, o Sindicato dos Gráficos de Osasco, Barueri e Região (Sindigráficos) deram continuidade a Campanha Salarial 2014/2015 de Jornais e Revistas "Gráficos contra a seca salarial" em reunião com o patronal.

De acordo com o vice-presidente do Sindigráficos, Ivan Nogueira, a contraproposta do patronal foi recusada. "Os patrões vieram com a proposta de aumento de 6,59%. Nós recusamos e propomos o reajuste de 9%. Agora, aguardaremos até o dia 30/10, próxima reunião, para saber se o valor proposto será aceito", completa. As cláusulas sociais foram mantidas na Convenção Coletiva de Trabalho.

Mobilização

No início de outubro, o Sindigráficos realizou assembleia com os trabalhadores da Folha de São Paulo para dar um parecer sobre a Campanha Salarial.

A data-base dos trabalhadores de jornais e revistas foi no dia 1º de outubro. No entanto, na ocasião, os patrões marcaram a reunião com o Sindicato apenas para o dia 6/10. "Estamos indo em várias empresas, avisar os trabalhadores sobre a atual situação de nossa Campanha, deixando claro que, mais uma vez, os patrões estão tentando nos enrolar. Por isso, temos que deixar os gráficos cientes sobre uma possível paralisação", afirmou o diretor Joaquim de Oliveira.

Portal Mundo Sindical

Jornada superior a 36 horas semanais em turno de revezamento e ambiente insalubre exige autorização expressa do MTE

Quem trabalha em turnos ininterruptos de revezamento, alternando o horário de trabalho nos diversos períodos do dia (manhã, tarde e noite), tem direito à jornada reduzida de seis horas diárias ou de 36 semanais, conforme estabelecido na Constituição Federal. A prorrogação da jornada nesse sistema de trabalho só pode ser adotada se prevista em acordo ou convenção coletiva (artigo 7º, inciso XIV, da CF/88). E mais: se o ambiente de trabalho for insalubre, além da norma coletiva, deverá haver também inspeção e autorização expressa do Ministério do Trabalho e Emprego.

E foi por constatar essa situação num caso julgado na 2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano que a juíza Marina Diniz Caixeta deferiu horas extras a um empregado que cumpria jornadas de 8h diárias em turnos ininterruptos de revezamento: das 7h às 15h, das 15h às 23h e de 23h às 7h. A juíza verificou ainda que essas jornadas estavam autorizadas nos acordos coletivos, atendendo, assim, à exceção prevista no artigo 7º, inciso XIV, da CF/88.

Mas pelos demonstrativos de salários apresentados, a magistrada observou que o empregado recebia adicional de insalubridade. Assim, concluiu pela veracidade da afirmação contida na inicial de que o trabalho era prestado em condições de insalubridade.

E, como explicou a julgadora, nos termos do artigo 60 da CLT, a prorrogação da jornada em turnos de revezamento em ambiente insalubre somente é possível após inspeção do local e autorização expressa do Ministério do Trabalho. "Essa medida é de ordem pública, e, portanto, não pode ser dispensada pelas partes envolvidas, ainda que por meio de negociação coletiva, sobretudo após a jurisprudência evoluir cancelando a Súmula 349 do Colendo TST", destacou a magistrada.

Assim, como a inspeção ministerial não foi sequer alegada pela empregadora, a juíza entendeu que a permissão na norma coletiva para a adoção da jornada de 8 horas não se sustenta, nos termos do artigo 60 da CLT. Nesse contexto, reconheceu o direito do empregado ao recebimento, como extras, das horas trabalhadas além da 6ª diária e da 36ª semanal. Há recursos de ambas as partes em tramitação no TRT de Minas.

Fonte: TRT 3ª Região - 22/10/2014

Portal da CUT

Nota de repúdio do CPERS à José Ivo Sartori

Em entrevista, candidato ao governo do Rio Grande do Sul fez chacota com o Piso do Magistério
Escrito por: CPERS Sindicato • Publicado em: 22/10/2014

O CPERS Sindicato manifesta estranheza e preocupação com o modo pelo qual o candidato ao governo do Estado, José Ivo Sartori, tratou o tema do Piso Salarial dos educadores, em entrevista concedida ao portal Terra (20/10/2014). Estivemos mobilizados nos últimos quatro anos para exigir do atual governo o cumprimento da Lei do Piso e seguiremos mobilizados no próximo governo, seja ele qual for.

Acreditamos que esse tema não deve ser objeto de chacota ou brincadeiras por conta de quem tem a responsabilidade de propor alternativas para qualificar a nossa educação e valorizar o trabalho dos educadores (as) e de todos os trabalhadores (as) em educação.

Somos educadores (as) e lutamos diariamente para oferecer um ensino de qualidade, mesmo com as adversidades da nossa profissão.

Por isso, não admitimos que os trabalhadores (as) em educação sejam tratados com falta de educação e respeito.

O CPERS Sindicato é uma entidade de todos (as) os educadores (as) e, enquanto tal, não tem preferência partidária. Não podemos, entretanto, aceitar que postulantes ao governo do Estado brinquem com coisas sérias. Conclamamos a sociedade gaúcha a defender, junto conosco, o pagamento do Piso Nacional dos professores dentro do Plano de Carreira, medida essencial para garantir uma educação pública de qualidade.

Apoio: CUT, CTB, CNTE, SINPRO, SINTAE, Feteesul

Portal Gestão Sindical

Qual candidatura defenderá os empregos e os salários?

22/10/2014 - Fonte: RBA - Rede Brasil Atual - por Enio Lourenço, do Jornal Brasil Atual

Com base nas gestões tucanas e petistas no governo federal, Marcio Pochmann, professor de economia da Unicamp e presidente da Fundação Perseu Abramo, analisa os dois modelos econômicos em disputa na eleição presidencial do próximo domingo (26): o neoliberal, subordinado ao capital financeiro internacional (representado pelos Estados Unidos), que promoveu desemprego

e arrocho salarial, perpetuando a histórica desigualdade social do país; e o desenvolvimentista nacional, que distribuiu a renda, criou mais de 20 milhões de empregos, criou programas sociais e combateu a fome e a miséria.

Nesta entrevista ao Jornal Brasil Atual, Pochmann também comenta o receituário prático do PT e do PSDB frente aos períodos de crise econômica internacional vividos por ambos e as perspectivas da gestão econômica, do combate à inflação e da retomada do crescimento para Dilma Rousseff ou Aécio Neves no Palácio do Planalto em 2015.

Quais as principais diferenças entre os dois modelos econômicos em disputa no segundo turno da eleição presidencial, com base nos governos anteriores do PT e do PSDB?

A eleição presidencial de 2014 vai desempatar dois projetos de Brasil bem distintos. A eleição do presidente Collor, em 1989, abriu um período de 12 anos (dos quais, oito anos foram conduzidos pelo tucano de Fernando Henrique Cardoso) de um projeto de Brasil bem diferente daquele que nós observamos nos últimos 12 anos, que se iniciou com a eleição do presidente Lula, em 2002.

No primeiro período, nós tivemos a consagração de um projeto de país que era para uma parcela da sociedade, privilegiado por uma estabilidade monetária, que teve como principal custo o desemprego e a manutenção das enormes desigualdades entre diferentes segmentos da sociedade nas regiões brasileiras.

De certa maneira, foi a continuidade de uma herança histórica em que o Brasil existente não cabia nesse projeto, que era para apenas dois terços da sociedade brasileira. Foi uma parte da história em que o Brasil se subordinou ao protagonismo do capital financeiro em uma aliança com os Estados Unidos.

Com a eleição do presidente Lula, em 2002, o que podemos verificar nos últimos 12 anos é um projeto de desenvolvimento nacional, cuja principal marca é um Brasil para todos, na medida em que o enfrentamento da exclusão social nos permitiu reduzir o desemprego, seja pela elevação do nível de emprego, pela ampliação dos salários na economia nacional ou pela ampliação das políticas públicas. Nós passamos a ter um quadro em que os pobres melhoravam de vida concomitantemente com a melhoria dos segmentos médios e ricos do país.

O pleno emprego é um tema recorrente da campanha presidencial. O PT reivindica essa conquista, referendada por diversas instituições, enquanto o PSDB diz se tratar de uma falácia. Qual é a sua análise desse quadro?

De desemprego a candidatura do Aécio Neves conhece muito bem. Ao final dos anos 1980, o Brasil era o 13º país em número de desempregados, com uma taxa ao redor de 2,7% da força de trabalho. No ano 2000, o Brasil passou a ser o terceiro país do mundo em número de desempregados, chegando a 15%. Perdíamos apenas para a China e para a Índia, que são países muito mais populosos. Foi um período de forte ampliação do desemprego, de enfraquecimento do movimento sindical e de queda continuada na participação dos salários na economia nacional.

Já no período de 2003 pra cá, tivemos uma queda na taxa do desemprego. Foi uma redução importante porque se conseguiu elevar em mais de 20 milhões o número de empregos criados.

Houve inversão de prioridades na medida em que os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma passaram a ter como propósito distribuir a renda para a economia poder crescer, o que era absolutamente inimaginável até então, porque as medidas econômicas dos governos anteriores pressupunham que era primeiro preciso crescer para depois distribuir. E a experiência acumulada até então era de que, quando a economia conseguia crescer, não havia a repartição desses frutos. A redistribuição da renda nos últimos anos elevou o nível de consumo e atraiu investimentos.

Também tivemos a possibilidade de enfrentar o desemprego com o poder de os mais jovens chegarem mais tarde ao mercado de trabalho, especialmente os segmentos mais pauperizados da população, pelas condições criadas no sistema educacional, que passou pela expansão da oferta do ensino médio, do ensino universitário e dos programas de transferência de renda. Isso nos ajudou a evitar uma situação do passado, em que os pais eram muito pobres e não tinham condições de dar sustento aos seus filhos, que entravam muito cedo no mercado de trabalho, despreparados, ocupando as piores vagas oferecidas.

Os dois modelos econômicos enfrentaram períodos de crises internacionais e ambos tiveram formas distintas de combatê-las. Qual é a sua avaliação?

Essa é uma boa oportunidade de avaliar a atuação desses dois projetos de país. No primeiro modelo, o projeto neoliberal, na segunda metade dos anos 1990, embora a crise até tenha sido muito menor do que a crise econômica de 2008 (que ainda estamos vivendo), ela afetava o Brasil e terminava sendo aprofundada aqui.

O governo brasileiro, em vez de reagir à crise, terminava favorecendo o seu alastramento, pois as medidas tomadas, como a elevação da taxa de juros, os cortes de gastos públicos, a redução

dos investimentos, o não aumento do salário mínimo, a não correção dos salários do setor público, terminavam fazendo com que os mais pobres, os trabalhadores pagassem a conta.

Essas medidas terminavam por enxugar ainda mais a economia, que se contaminava por força externa. Dizia-se que quando os Estados Unidos tossiam, o Brasil pegava uma pneumonia, e justamente aprofundava a própria crise.

Em 2008, o marcante é que o Brasil não aceitou mais esse receituário e reagiu de forma muito contundente e exitosa. O Brasil reduziu a taxa de juros, aumentou o gasto público, elevou o salário mínimo, ampliou o investimento, fortaleceu os bancos públicos. Tudo isso permitiu que o país passasse quase incólume à crise iniciada em 2008, evitando que os mais pobres fossem os mais prejudicados. Tanto é que o Brasil segue reduzindo a desigualdade e a pobreza, o que não se verifica na maior parte do mundo atualmente, apesar de a crise internacional iniciada em 2008 não ter sido resolvida totalmente até hoje.

Qual é o cenário que Dilma Rousseff ou Aécio Neves vão encontrar a partir de 2015?

A gente tem que olhar para os anos da presidenta Dilma como anos de preparação para o salto do Brasil em relação ao seu investimento. Nós tivemos um crescimento ao longo dos anos 2000 fundado na expansão externa da economia e no mercado interno, que foi muito importante. Mas não era o suficiente se o Brasil não viesse a melhorar as condições para que o investimento ampliasse a capacidade produtiva do país. Por isso foi necessário fazer mudanças importantes, que ocorreram de 2011 até agora.

Hoje, o Brasil está preparado para crescer. Há dificuldade para crescer em 2014 porque é um ano eleitoral em que há dois projetos em disputa: um diz que o país está quebrado, que a inflação está descontrolada, que as finanças públicas estão muito ruins.

O diagnóstico da oposição, de que o Brasil está completamente desorganizado, propõe que seja necessário fazer um ajuste fiscal, aumentar a tributação, reduzir os gastos, elevar os juros, liberar os preços administrados. Tudo isso aponta para um cenário de recessão de fato em 2015, de redução dos salários, de redução do consumo. De tal forma que o empresário dificilmente toma uma decisão de investimento, que envolve um longo prazo até viabilizar seu empreendimento.

É a nossa sétima eleição desde a redemocratização e, como eu disse no início da entrevista, é a eleição que vai desempatar qual projeto de país vai comandar nos próximos quatro anos: o projeto dos 12 anos que se iniciou com o Collor, em 1990, e eu chamo de "A era dos Fernandes"; ou esse projeto que se inicia com o presidente Lula e possivelmente terá continuidade com a presidenta Dilma, que requer considerar o Brasil em outra magnitude. Um país que reconhece os problemas e faz o enfrentamento de forma gradual na economia.

A inflação está na borda superior da meta, mas é possível trazê-la para a meta. Isso leva algum tempo. Não se abandonou o combate à inflação, só o que não se deseja fazer é utilizar instrumentos que terminem comprometendo a economia do ponto de vista do seu dinamismo, dos empregos e dos salários. Em vez de enfrentar a inflação como se fosse um choque, é preciso enfrentá-la de forma gradual.

E nós vamos ter o ano de 2015 muito positivo, pois já teremos a possibilidade de resolver os problemas da balança comercial, que dependem, por exemplo, da importação de combustível, com a conclusão da refinaria de Pernambuco. E com maior maturação de uma série de investimentos e estruturas que foram tomados neste período.

Passando o processo eleitoral, o Brasil estará preparado para crescer, conduzindo a política econômica de forma gradual e instrumental. O Brasil dará esse salto que nos permitirá chegar a 2020 entre as cinco economias mais ricas do mundo, tendo resolvido problemas que se arrastam por séculos, como a questão da desigualdade e da miséria.

Portal do MST

Intoxicações com agrotóxicos aumentam 126,8% entre os trabalhadores rurais

21 de outubro de 2014 - Por Viviane Tavares - Da Fiocruz

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Embora trágico, isso já não é mais novidade. No entanto, recentes pesquisas latino-americanas mostram que, além da intoxicação via alimentos, os trabalhadores também tem sofrido com esse impacto. E essa realidade está longe de ser mudada. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na safra 2010/2011, o consumo foi de 936 mil toneladas de agrotóxicos, movimentando US\$ 8,5 bilhões entre dez empresas que controlam 75% desse mercado no país.

No artigo "Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública", publicado na última edição dos Cadernos de Saúde Pública, as autoras Raquel Maria Rigotto, Dayse Paixão e Vasconcelos e Mayara Melo Rocha afirmam que entre 2007 e 2011, de acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), houve um crescimento de 67,4% novos

casos de acidentes de trabalho não fatais devido aos agrotóxicos. No mesmo período, as intoxicações aumentaram 126,8%. Entre as mulheres, o crescimento foi ainda maior, 178%.

Para as pesquisadoras, os agrotóxicos constituem hoje um importante problema de saúde pública, "tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, no combate às endemias e outros setores, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados", explicam no artigo.

Agrotóxicos no trabalho

O pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pedro Henrique de Abreu, em sua pesquisa "O agricultor familiar e o uso inseguro de agrotóxicos no município de Lavras, em Minas Gerais", afirma que "não existe viabilidade de cumprimento das inúmeras e complexas medidas de uso seguro de agrotóxicos no contexto socioeconômico destes trabalhadores rurais." Pedro visitou 81 unidades de produção familiar em 19 comunidades no município de Lavras (MG). Ele usou como referência os manuais de segurança da indústria química e do Estado e tentou verificar a viabilidade do cumprimento dessas normas na agricultura familiar.

Em sua pesquisa, Pedro utilizou manuais de segurança elaborados pela associação das indústrias químicas no Brasil e por instituições públicas de saúde, agricultura e trabalho. "Os resultados apontaram que a aquisição de agrotóxicos é feita sem perícia técnica para indicar a real necessidade de utilização desses produtos, que a recomendação agrônoma é predominantemente fornecida por funcionários dos estabelecimentos comerciais e que os agricultores não recebem informações e instruções adequadas sobre medidas de segurança no momento da compra", explica a pesquisa.

Além disso, segundo o texto, o transporte de agrotóxicos é realizado nos veículos disponíveis, como caminhonetes e caminhões, que são não adaptados aos requerimentos de segurança. A questão do armazenamento também é crítica, pois os agricultores utilizam as construções que dispõem para o estoque dos agrotóxicos, independente das condições estruturais e da proximidade das mesmas com residências ou fontes de água. Além disso, o tamanho das propriedades, em grande parcela próxima das residências dos agricultores, impossibilita que o preparo e a aplicação sejam realizados a uma distância que impeça que os agrotóxicos atinjam residências.

A falta de informação e de assistência técnica no que diz respeito aos EPIs e outras medidas de segurança necessárias, como o descarte nessas atividades também carecem de atenção.

"As dificuldades criadas pelos estabelecimentos comerciais, assim como os custos envolvidos na atividade são os principais motivos para a não devolução das embalagens vazias; e que, por carência de informação, a lavagem das vestimentas e EPIs contaminados por agrotóxicos é entendida como atividade doméstica comum, sendo, portanto, realizada sem a observação de medidas de segurança", explica o estudo, que completa: "Conclui-se que a tecnologia agroquímica não pode ser utilizada sob os conceitos de controle de riscos na estrutura geral das unidades produtivas de agricultura familiar. Não existindo, desta forma, viabilidade de cumprimento das inúmeras e complexas medidas de uso seguro de agrotóxicos no contexto socioeconômico destes trabalhadores rurais".

Consequências mais graves

Recentemente publicado em sites de movimentos contra o agrotóxicos, o Grupo de Genética e Mutagêneses Ambiental (GEMA), formado por pesquisadores da Universidade Nacional de Río Cuarto (UNRC), declarou depois de oito anos de pesquisa e quinze publicações científicas, entre elas a "La genotoxicidad del glifosato evaluada por el ensayo cometa y pruebas citogenéticas", na revista científica Toxicologia Ambiental e Farmacologia, da Holanda, que os agrotóxicos causam alterações genéticas e aumentam as probabilidades de contrair câncer, sofrer abortos espontâneos e nascimentos com malformações.

Os estudos foram confirmados em pessoas e animais. Entre os venenos mais recorrentes estão o glifosato, endossulfam, atrazina, clorpirifos e cipermetrina. "Em diversas pesquisas confirmamos alterações genéticas em pessoas expostas a agrotóxicos. A alteração cromossômica que vimos, indica quem tem mais risco de sofrer de câncer, a médio e longo prazo. Assim como outras doenças cardiovasculares, malformações, abortos", explicou Fernando Mañas, doutor em Ciências Biológicas e parte da equipe da UNRC, em entrevista para o Página/12, da Argentina.

Organizado por Ernesto Germano